



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Ibaneis: "O governo federal tem feito muito pouco na questão do investimento na infraestrutura do país"

Ao participar como expositor do Lide Brazil Conference, em Londres, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), disse a políticos e empresários presentes que o governo federal tem contribuído pouco para o avanço da infraestrutura no país e que esse papel tem ficado a cargo dos governadores. "Vai uma crítica que eu espero que seja bem compreendida: é que hoje o investimento na infraestrutura do país como um todo tem sido feito a partir da organização que os governadores têm imprimido. O governo federal tem feito muito pouco na questão do investimento na infraestrutura do país". Ibaneis afirmou que tem avaliado a situação dos investimentos do país nas reuniões do Fórum de Governadores do Consórcio Brasil Central. O governador participa do evento em Londres, no The Savoy Hotel. Entre os presentes, o ex-presidente Michel Temer, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e vários governadores e ministros.

Reprodução



Orçamento quase dobrou em sete anos

Em sua exposição, Ibaneis apresentou um panorama da evolução do Distrito Federal desde 2018, último ano do mandato de seu antecessor, Rodrigo Rollemberg (PSB), até os dias atuais, quando se encontra na metade do segundo mandato. Nesse período, segundo Ibaneis, Brasília "deixou de ser apenas administrativa para se tornar também atrativa para o investimento privado". Ibaneis apontou os avanços na sustentabilidade, segurança, turismo e desenvolvimento econômico como reflexo de uma gestão voltada a eficiência, parceria com o setor privado e modernização legislativa. O governador destacou o crescimento expressivo do Orçamento do Distrito Federal, que saltou de R\$ 35 bilhões em 2018 para quase o dobro no texto encaminhado à Câmara Legislativa para o Projeto de Lei Orçamentária 2025, que é estimado em R\$ 68 bilhões.

Investimentos de R\$ 7 bilhões

O governador Ibaneis Rocha também falou sobre o crescimento extraordinário nos investimentos. "Em 2024, investimos R\$ 7 bilhões na capital da República. Em 2018, eram apenas R\$ 200 milhões", disse, atribuindo o desempenho à eficiência da gestão e às mudanças na legislação de ocupação do solo. Ibaneis também comemorou os índices baixos de criminalidade. "No último jogo da seleção brasileira, em que ganhamos de 4 X 0 do Peru, não tivemos uma única ocorrência policial, nem de roubo de celular. Brasília é uma das cidades mais lindas e mais seguras do Brasil", declarou.

Câmara aprova projeto para evitar fraudes

CLDF/Divulgação



A Câmara Legislativa aprovou, ontem, em segundo turno, projeto de lei que disciplina o uso dos termos "cartório", "cartório extrajudicial", "tabelionato", "serventia" e "serventia extrajudicial", com o propósito de evitar prejuízos ao consumidor do DF. Agora, a proposta segue para

sanção do governador Ibaneis Rocha (MDB). De acordo com o autor da proposta, deputado Roosevelt Vilela (PL), com o surgimento das assinaturas digitais, cresceu a tentativa de intermediação de transações imobiliárias ofertando serviços análogos aos públicos de notas e registros, o que pode levar o consumidor ao erro. "Muitas vezes são utilizados termos como reconhecimento de firma, autenticação, protesto, cartório, cartório extrajudicial, tabelionato, entre outros, para a captação de clientes, de forma a confundir os consumidores como se os serviços prestados fossem de cartórios fiscalizados pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, quando, na verdade, tratam-se de atos particulares, podendo ainda cair em fraudes e estelionatos", ressaltou o deputado Roosevelt. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) recomendou a regulamentação da matéria pelos estados, o que já foi cumprido pelo Maranhão, Santa Catarina e Paraná, por exemplo.

De olho na China

O diretor de Jornalismo da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Moacyr de Oliveira Filho, representará a entidade no evento China, uma Oportunidade: Promoção Global das Marcas Chongqing para o Brasil, promovido pela Organização de Comunicação Internacional da China Ocidental (WCICO), com o apoio da ABI, em 8 de novembro, em São Paulo. O objetivo do evento é estreitar os laços econômicos e culturais entre Chongqing e o Brasil, abrindo novas oportunidades para as marcas e produtos da maior província chinesa no mercado brasileiro. A WCICO e a ABI irão assinar um acordo de cooperação, criando o Escritório de Ligação da Bridging News Brasil, um aplicativo que ampliará a colaboração Chongqing-Brasil.

CLDF/Divulgação



Canal de denúncia

Deputados distritais aprovaram ontem, em segundo turno, projeto de lei que cria a ferramenta NÃO É BRINCADEIRA, É CRIME, um canal de denúncia que deve ser disponibilizado na página inicial dos sites e aplicativos da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal. O projeto, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro (PP), estabelece que a ferramenta deve ser de fácil acesso e visibilidade, para facilitar e incentivar a denúncia de violência contra crianças e adolescentes. O projeto ainda vai ser encaminhado ao governador Ibaneis Rocha (MDB) e, em caso de sanção, haverá a regulamentação do dispositivo.

Debate da OAB-DF na Câmara

O deputado distrital Eduardo Pedrosa (União) vai promover em 8 de novembro um debate na Câmara Legislativa com os candidatos à presidência da OAB-DF. O distrital requereu a liberação da Casa às 19h para a realização do debate.

GDF vai dobrar créditos do Nota Legal

O Governo do Distrito Federal (GDF) vai dobrar o valor do prêmio máximo dos sorteios do Nota Legal. Agora, o montante passará de R\$ 500 mil para R\$ 1 milhão. O decreto com a atualização da quantia foi assinado pela governadora em exercício Celina Leão (PP) e será publicado em breve no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF). A cada ano, o somatório dos prêmios chegará a R\$ 7 milhões. O decreto entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025, ou seja, vale para o primeiro sorteio do próximo ano.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Entrevista | CRIS DAMASCENO | CANDIDATA À PRESIDÊNCIA DA OAB

Líder da chapa Inovar a Ordem diz que dívida de R\$ 30 milhões de Caixa de Assistência compromete a administração da entidade

Compromisso com a gestão financeira

» JOSÉ ALBUQUERQUE*

Cris Damasceno, líder da chapa Inovar a Ordem, na disputa à presidência da OAB-DF, foi a entrevistada do CB.Poder — parceria entre o Correio e a TV Brasília — de ontem. Aos jornalistas Ana Maria Campos e Carlos Alexandre de Souza, ela falou que uma dívida de R\$ 30 milhões da Caixa de Assistência da entidade compromete a gestão financeira da Ordem, que na opinião dela tem o compromisso de agir em questões que afetem a população.

Quais são os maiores problemas que a senhora enxerga na OAB hoje e qual seria sua primeira medida?

Eu vejo dois problemas principais. O primeiro é a questão da governança e da gestão administrativa. Temos dívidas muito sérias que precisam ser resolvidas. Uma delas é uma dívida que existe há quase 30 anos da Caixa de Assistência, acumulando um valor de R\$ 30 milhões em um processo no TRF e que nunca foi resolvido. Além disso, temos dívidas trabalhistas, com ações que totalizam R\$ 2,5 milhões, e uma dívida do pagamento do clube da advo-

caria, que é uma parcela mensal de R\$ 120 mil. A falta de compromisso com a governança, com um fluxo de trabalho eficiente e com a redução de despesas prejudica a instituição, forçando-nos a pedir ao Conselho Federal recursos financeiros para obras e atividades que a própria seccional poderia financiar com uma administração melhor. A advocacia precisa entender que, muitas vezes, não há recursos para investimentos justamente por causa dessa falta de gestão. Temos que lembrar que, do valor arrecadado, há uma inadimplência de cerca de 25%, e ainda há uma destinação de 20% para a Caixa de Assistência. Com a OAB utilizando 60% de seus recursos em estrutura de funcionamento, resta muito pouco para investir na advocacia. A primeira medida seria, então, realizar um saneamento financeiro para fortalecer as prerrogativas. Falando em prerrogativas, falta estrutura administrativa. Precisamos contratar advogados com mais experiência na OAB para atuarem como procuradores na defesa das prerrogativas, espalhados por todo o Distrito Federal.



Aponte a câmera do celular para o QR Code e assista a entrevista



Como é que a senhora se apresenta para o eleitor? A senhora foi questionada diretamente sobre sua postura. A senhora fez parte de uma gestão da OAB e agora lança sua própria candidatura. Como enxerga isso? A OAB está dividida em grupos, e a senhora faz parte de algum grupo ou é independente?

Já fiz parte de um grupo, mas rompi com essa situação, pois percebi que meu propósito não

se encaixava mais ali. Esse propósito de servir, de abraçar diversidade e de conduzir as ações de uma forma que a advocacia se sinta protagonista, é algo que valorizo muito. A advocacia pede um posicionamento em questões importantes, e percebi que minha visão já não era mais atendida naquele grupo. Saí porque acredito que é hora de uma mulher ser lançada à presidência. A OAB, com 65 anos de instituição, teve ape-

nas uma presidente, Stefânia Viveiros. A decisão de lançar minha candidatura não foi somente por uma questão de gênero, mas porque me sinto preparada, após 10 anos de atuação, tanto no âmbito administrativo quanto no político da instituição. Acredito que sou a candidata que mais entende das complexidades da instituição e do Conselho Federal, e estou pronta para implementar as mudanças necessárias. Passei por outro grupo político, que prometia abraçar essas ideias, mas, quando percebi que não seria assim, tive a coragem de deixar a polarização de verde e laranja e formar um grupo independente. Nosso grupo é novo e vem ganhando adesão, pois as pessoas percebem que nosso projeto é verdadeiro. Minha história de luta nas três gestões em que atuei já apresentou resultados reais para a advocacia, e é isso que farei se eleita em uma futura gestão.

A senhora avalia que a postura da atual gestão, presidida pelo Délio, foi atuante em relação aos problemas que houve nesse período que ele esteve no poder?

Acredito que a OAB não tem sido suficientemente incisiva em sua atuação. Até pouco tempo, eu

dizia que havia problemas simples a serem resolvidos, como o acesso das pessoas com deficiência ao elevador da rodoviária. Perguntei se já havíamos conversado como Governo do Distrito Federal sobre isso, e a resposta foi não. O mesmo se aplica às questões relacionadas às vagas escolares para autistas; não atuamos nesse sentido. Embora a independência tenha sido uma bandeira levantada por ele durante toda a gestão, essa postura não se refletiu em relação ao Governo do Distrito Federal. Por exemplo, quando o TJ fez um concurso, pedi que a OAB entrasse com um mandado de segurança porque as vagas reservadas para pessoas negras não foram obedecidas. Observamos que pessoas aparentemente brancas estavam concorrendo com pessoas negras, e novamente, nenhuma providência foi adotada. Para mim, esse é o papel da OAB: ser uma entidade combativa em favor da sociedade. A autonomia e independência da OAB, me parece, não ficaram evidentes nesses seis anos, e precisamos urgentemente retomar essa postura de luta e defesa dos direitos de todos.

* Estagiário sob a supervisão de Eduardo Pinho